A propósito da Independência

DÁRIO MOREIRA DE CASTRO ALVES (*)

Diz-se no livro "Quatro Séculos de Actividade Marítima de Portugal e do Brasil", publicado no Rio de Janeiro, em 1900, de autoria do Almirante Jaceguai e de Vidal de Oliveira, que, a partir da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, o poder marítimo de Portugal sofreu a perda dos estabelecimentos navais situados no país que se separava da Coroa e a de um número expressivo de Oficiais da marinha real. Era grande a importância do poder naval português que se deslocara para o Brasil em 1807/1808, trazendo sob suas velas a família real, a Corte em suma, ao todo cerca de quinze mil pessoas, numa atitude esclarecida que o Príncipe D. João tomara com o fim de evitar as humilhações e vexames decorrentes das invasões napoleónicas.

Durante a permanência da família real no Brasil, até 1821, foi relevante o desenvolvimento por que passou a marinha portuguesa. Como parte integrante do poder naval, sob as vistas diretas da Coroa, funcionavam no Rio de Janeiro a Secretaria da Marinha, academia, auditoria, intendência e mais repartições acessórias, como também muito contribuiu para dar-lhe assinalada presença o corpo de pessoal naval superior e subalterno que "a nova terra recebera com gentil hospitalidade".

Quando foi declarada a independência, porém, foram em menor número os oficiais da Marinha portuguesa em serviço no Brasil que se dedicaram por retornar a Portugal. Para muitos deles, já a viverem há tempo no Brasil, o novo país era na verdade a sua pátria, naquele entrelaçamento fraterno que tão especialmente existe nas relações luso-brasileiras. Grande foi o número do pessoal na-

(*) Embaixador brasileiro aposentado, residente em Lisboa, Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Brasileira, Diretor do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Internacional de Lisboa e Sócio Correspondente do Instituto do Ceará.

val que aderiu à nova nacionalidade dentre oficiais, guardas-marinha e aspirantes. O pessoal artístico (digamos hoje, técnico) das repartições navais e de arsenais prosseguiu em suas tarefas. Quanto aos elementos da tropa da marinha - guarnições dos navios estacionados nos portos brasileiros e batalhões de artilharia - passaram ao serviço do novo império. A esquadra estacionada na Bahia permanecera fiel à bandeira portuguesa e também a guarnição de uma escuna surta no porto de Montevideu (o Uruguai era então uma província brasileira, portuguesa antes da independência).

Dizem os autores citados que o número de oficiais de mar que espontaneamente passaram ao serviço do império montou a 98, dos quais dois vice-almirantes, dois chefes de esquadra, um chefe de divisão, 10 capitães de mar e guerra, 21 capitães de fragata, 18 capitães-tenentes, 15 primeiros-tenentes e 29 segundos-tenentes. O número de oficiais que preferiram voltar para Portugal foi de 23, não sendo incluídos neste número os que serviam a unidades navais na Bahia. Acrescente-se que, nas respostas a consultas por escrito sobre que partido queriam seguir, alguns oficiais mais jovens declaravam ter nascido no Brasil. Quanto à Academia de Marinha, contava, além do pessoal docente e administrativo, com 22 guardas-marinha e 39 aspirantes. Desses, quatro professores, 8 guardas-marinha e 20 aspirantes optaram por regressar a Portugal.

A primeira esquadra brasileira, a partir de 1822, foi formada por navios de guerra portugueses surtos no porto do Rio de Janeiro. Eram eles as naus *Martim de Freitas* (64 canhões), *Vasco da Gama* (74), *Príncipe Real* (84); fragatas *Sucesso* (44), *União* (40) e *Real Carolina* (40); corvetas *Maria da Glória* (30) e *Liberal* (28); brigue *Reino Unido* (22) e mais alguns outros pequenos navios sem valor como unidades de combate. Posteriormente, com a evolução do processo da independência, passaram a arvorar a bandeira imperial a fragata *Imperatriz*, no Pará, e o brigue *Infante D. Miguel*, no Maranhão. Também mais tarde incorporou-se à frota brasileira a fragata *Thetis* estacionada em Montevideu. As naus *Vasco da Gama* e *Príncipe Real* eram imprestáveis do ponto de vista de combate. Tiveram mudados os nomes os seguintes vasos de guerra: *Martim de Freitas* recebeu nome de *Pedro I*, *Sucesso*

passou a ser *Nichteroy*, *Real Carolina* para *Carolina*, *União* para *Ypiranga*, e *Reino Unido* para *Guarany*.

A fragata *Nichteroy*, a partir de 1823, foi comandada pelo capitão-de-fragata João (John) Taylor (muito jovem, esteve na *Victory*, nau capitânea de Nelson, na batalha de Trafalgar), oficial da Marinha de Guerra inglesa contratado pelo império do Brasil. Nessa qualidade, o Comandante Taylor participou da campanha naval contra a resistência portuguesa na Bahia, chefiada esta pelo General Inácio Luís Madeira de Melo. A data de 2 de julho de 1823 marca o dia da evacuação da Bahia pelas tropas do General Madeira, constituídas por mais de 6.000 homens, e evoca o combate de Pirajá, travado entre brasileiros e portugueses, em 8 de novembro de 1822. Após embarcarem os corpos de exército de Portugal, fez-se de vela a frota que conduzia aquelas tropas e alguns milhares de emigrantes portugueses e composta de 70 navios, dentre barcos de guerra e mercantes. A fragata *Nichteroy*, sob o comando de Taylor, seguiu e acossou a frota portuguesa até à embocadura do Tejo, diante da qual cruzou, encetando seu regresso ao Brasil em 12 de setembro de 1823, como o relata o Barão do Rio Branco na obra *Efemérides*. No livro *História da Independência do Brasil*, em quatro volumes, publicado no Rio de Janeiro em 1972, quando eram celebrados os 150 anos da independência, vem excelente artigo do comandante Max Justo Guedes sobre *A Marinha nas Lutas da Independência*. Taylor casou no Rio de Janeiro, em 1824, com uma ilustre brasileira, D. Maria Teresa Fonseca Costa, sendo o sexto avô do Doutor Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa, atual Ministro Conselheiro da Embaixada do Brasil em Lisboa (1997). Em 1851 foi promovido a Almirante da Marinha de Guerra do Brasil, vindo a falecer aos 67 anos, em 1856.